

## **Cinco observações breves sobre o AO90**

### **1. Observação estatística**

Não há ortografias perfeitas e o AO90 também não tem que ser perfeito. Em todo o caso, o AO 90 não é “prejudicial”, não é “incoerente” e não é “inútil”, e tem recebido da população portuguesa um geral acatamento, não obstante algumas vozes discordantes, privilegiadamente sonoras.

A aplicação do AO90 não perturbou o uso e funcionamento da língua, nem o espaço de circulação da palavra em Portugal. Podemos dizer que promoveu uma atualização simples, fácil e amigável, com um grau de desvio quase insensível, como se poderá verificar pela avaliação estatística da mudança.

Tomamos o *Português Fundamental*, que oferece um levantamento criterioso, abrangente e exaustivamente contabilizado do vocabulário mais frequente e mais necessário, e é, ainda agora, a única estatística de referência, válida e fiável, para ponderar a incidência e pertinência da mudança ortográfica na escrita quotidiana.

Entre as 2 217 palavras do *Vocabulário do Português Fundamental*, apenas 22 são tocadas pela atualização ortográfica, com alteração duma letra. O grau de incidência não pode ser considerado pela proporção entre palavras, já de si desconforme, 22 em 2 217; mas sim entre caracteres: 22 em 15 242. As palavras atualizadas mantêm a maior parte da configuração, de modo que não prejudicam o seu reconhecimento. A percentagem real de incidência é de pouco mais de 0.1%.

A mudança ortográfica é de tão “baixa turbulência” que se tornou quase inapercebida do público em geral. Trata-se dum reajustamento residual nos hábitos da escrita; ninguém poderá dizer, honestamente, que daí resultam riscos sensíveis de atrito ou perturbação no uso comum e corrente da língua.

Por outro lado, a pertinência da mudança, embora ligeira, é significativa, na medida em que simplifica a escrita, promove a aproximação entre as comunidades lusófonas, e reduz o erro ortográfico.

As tentativas de concentrar em textos agenciados, exemplos da incidência perturbadora da atualização ortográfica, podem ser exercícios de bom efeito retórico, e de muito mérito pela arte poética e combinatória, mas são um “ruído” inconsistente no trânsito quotidiano da comunicação linguística.

### **2. A motivação fonográfica e morfográfica**

A ortografia é, em grande parte, arbitrária, mas valoriza relações de motivação funcional (mais ou menos precárias) nas sequências fonográficas e nas analogias morfográficas, podendo mesmo aproximar essas relações duma certa ilusão de causalidade, que serve a uma perceção simplista do processo ortográfico. Confunde-se a língua e a realização linguística com o seu registo gráfico, com a mesma ingenuidade de quem julga que o sol gira à volta da terra. A ortografia não é a língua, é apenas um registo instrumental e ocasional (uma hipótese de representação, entre várias hipóteses), com algumas regras e ecologia próprias, que não interferem na estrutura da língua, mas acompanham o seu uso e funcionamento.

Nas normas ortográficas não há determinismo nem doutrinas obrigatórias, mas soluções práticas de adequação e de eficácia optadas. Nesta ordem de ideias, o AO90 aproveita, com alguma vantagem, a motivação das relações fonográficas. A informação

fonética auxilia as atuais opções gráficas, orienta e facilita a escrita e reduz a incidência do erro ortográfico.

### 3. Informação etimológica e ortoépica

É certo que esta opção ortográfica pode enfraquecer, sempre de modo muito residual, parte dos indicadores da memória etimológica; e pode suscitar a indistinção dalgumas raras homofonias e homografias. Dizem os latinos: “ubi comoda ibi incommoda”!

Devem ponderar-se os prejuízos e as vantagens.

A informação etimológica tem ultimamente menos interesse, porque se apagou, infelizmente, entre nós, o conhecimento do latim, que favorecia a recuperação morfológica e semântica da origem do vocábulo. Assim mesmo, a atualização ortográfica não alterou substancialmente a configuração global das formas, mantendo o corpo principal da herança latina. A etimologia e a motivação derivacional não perderam a sua raiz referencial. A informação etimológica abrange o conspecto configurativo da unidade lexical e a supressão de um carácter, geralmente, não modifica de modo irrecuperável a imagem gráfica da palavra. Neste conjunto de formas do *Português Fundamental*: *atualmente, arquiteto, arquitetura, batizado, coleção, direção, diretor, efetivamente, eletricista, elétrico, espetáculo, exatamente, injeção, ótimo, refletir*, mantém-se o corpo funcional da palavra, mantém-se a base da motivação derivacional e uma suficiente indicação da etimologia. A consoante muda é um ornamento que empecilha a escrita, sem outra vantagem que não seja um certo reconforto saudosista.

As homografias e homofonias, e ainda algum ocasional ensurdecimento ortoépico são esclarecidos pela informação contextual, no âmbito da grande margem de redundância que assegura o bom sucesso da comunicação linguística. Estas contingências, muito mais raras do que geralmente se inculca (incluindo a solicitadíssima terceira pessoa do presente do indicativo do verbo “parar”), não prejudicam o funcionamento da língua e o bom entendimento dos portugueses e não justificam o desvio da regra. Por outro lado, são amplamente compensadas pelas vantagens da simplificação, pelo desejável aligeiramento dos diacríticos — a escrita portuguesa teria grandes vantagens se abolisse a maior parte dos acentos — e também pelo correspondente esvaziamento do erro ortográfico.

A informação ortoépica atribuída às consoantes mudas é um artifício didático certamente bem intencionado, mas incerto, não sistemático, de utilidade muito improvável e, em qualquer caso, de baixíssima frequência, como se pode ver pela pequena dimensão do córpus abrangido. É uma falsa regra, com mais exceções do que aplicações.

Além disso, o vocabulário (incluindo o do uso culto), é hoje adquirido, de modo predominante, pela via oral, no discurso escolar e nos meios da comunicação social. Os grandes jornais, que ofereciam o principal caudal da escrita, onde se exercitava a competência lexical, foram superados, com ampla abrangência, pela informação oralizada da moderna instrumentação mediática. A aprendizagem ortoépica recolhida na escrita é cada vez menos procurada, e cada vez mais sentida como incerta e despicienda.

### 4. O erro ortográfico

A regulação ortográfica iniciada em 1911 modernizou e melhorou o uso da língua escrita em português, mas teve um efeito perverso na instauração do erro ortográfico. Criou uma tensão restritiva no uso da língua escrita, e introduziu um novo ingrediente de dominação simbólica, na sociologia da língua. O erro ortográfico tornou-se um indicador oportunista do prestígio social, e um agressivo inibidor da cidadania linguística. Explora a humilhação da ignorância e condiciona o acesso à palavra escrita.

Para mais sem-razão, o erro ortográfico depende da memória visual, e não tanto da competência linguística, e não deveria prejudicar o encontro e a partilha da comunicação livre e desejada.

O AO90 atenua a incidência do erro ortográfico, e essa é uma das suas vantagens, não menores: simplifica a escrita, favorece a motivação fonográfica, alarga as opções facultativas, e dessacraliza o rigor impositivo da tradição “prepotente” da ortografia portuguesa.

Não podemos pensar a língua como um comportamento policiado e censurado, e muito menos como um campo de vigilância patriótica. Mais civilizado será pensar a língua como um jardim, naturalmente ordenado, que se cultiva com alguma disciplina; comum e aberto para o convívio e para a fruição do encontro; e tão útil e disponível, quanto a cultura, a urbanidade e o espírito criativo dos seus frequentadores o permitirem.

Por muito que isso custe aos poetas e aos letrados, que se privilegiam com o patronato da língua, devemos lembrar que ela é uma pátria de todos, e tem que ser entendida como um instrumento de comunicação útil e facilitado para toda a gente, um lugar de bem-estar e de encontro livre e equitativo, das inteligências e das vontades.

## **5. Uma contestação sem objeto**

Não há ortografias perfeitas e o AO90 também não tem que ser perfeito. Todavia, é forçoso contrastar o discurso “antiacordista”, porque é tecido com mais emoção do que ciência, porque é hiperbólico, elitista, muitas vezes falsificado, próximo da militância reacionária, e porque deixou de ter objeto.

O AO90 começou a ser ensinado em Portugal há vários anos, pelo menos desde 2011. Todos esses milhares de jovens, que entretanto passaram pelas escolas, estão satisfeitos com a sua utilização, e não sentem qualquer prejuízo na competência linguística, nem na comunicação escrita. São eles que nos dizem, com verificada experiência, que o AO 90 não é “prejudicial”, não é “inútil”, não é “incoerente”, não “fere a inteligência”, não “contraria o senso comum”, não é “imbecil”, não é uma “aberração” nem uma “alarvidade”, não “desrespeita a tradição científica”, não “enterra a memória literária”, não “destrói a língua portuguesa”...

Sob o ponto de vista das ciências da linguagem é incompreensível a comoção de parte, aliás ilustre, da galeria intelectual portuguesa. Não se encontram razões linguísticas dirimentes para a sua agressiva retórica.

O AO90 é um ligeiro reajustamento da escrita, com estudado fundamento, e amplamente justificado. Com leves mudanças e sem prejuízo sensível, simplifica e facilita, defende a cidadania linguística e favorece o alargamento do espaço de circulação da palavra portuguesa. A atualização ortográfica, promoveu uma real aproximação entre as escritas de Portugal e do Brasil e trouxe auferíveis vantagens para o relacionamento das comunidades linguísticas lusófonas, num tempo em que se redimensionam os espaços de comunicação, e se alarga, a nível planetário, o convívio linguístico e espiritual de tantos povos na língua portuguesa.

